

Município de Bombarral  
Reunião pública e ordinária do dia 2017.02.15

- **6.ª ALTERAÇÃO AO PDM:** Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a seguinte proposta do senhor Presidente da Câmara: “Na sequência do Decreto-lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, com a alteração introduzida pela Lei n.º 21/2016 e tendo em conta o explanado infra, e tendo também em conta que, apesar das edificações existentes e/ou ampliações ilegais ou previstas foram ou serão entretanto sujeitas a parecer favorável ou parecer favorável condicionado por parte das entidades com tutela regimental sobre as categorias de solo, em sede de Conferências Decisórias, ou ainda que são abrangidas por declaração ministerial de interesse público ao abrigo do artigo 25.º do regime da RAN, é obrigatória a alteração, neste caso, do PDM, para que o seu licenciamento ao abrigo do RJUE seja possível, sem violação do PMOT, apesar de considerar-mos uma contradição/dificultação/burocratização de um processo que parecia querer-se célere. Salienta-se que, caso esta alteração do PDM não seja realizada, as unidades que se encontram nesta situação terão obrigatoriamente que ser encerradas, findo o prazo de 2 anos após a entrada no pedido. Por outro lado, para estas unidades, cuja legalização, regularização e/ou ampliação se pretende viabilizar, foi também declarado o Interesse Público Municipal pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal. Proponho que esta alteração seja realizada pelos serviços técnicos municipais, com a colaboração de intervenientes de outros setores, prevendo-se um prazo de 6 meses, dependendo da celeridade dos pareceres das entidades que se devem pronunciar. Também que deve ser considerado como objetivo, para além dos três abaixo elencados, o evitar a fuga de empresas, de população ativa, o evitar avultados prejuízos de várias ordens e o minimizar o empobrecimento de um município já muito carenciado. Considera-se igualmente que nos termos abaixo expostos, e tendo em conta que se tratam de entidades com responsabilidade ambiental, poderá ser dispensada a AAE. Proponho ainda que a Câmara Municipal do Bombarral, delibere desencadear o procedimento de elaboração da 6.ª Alteração ao Plano Diretor Municipal do Bombarral, nos termos constantes da informação dos serviços técnicos, definir o prazo de elaboração supra mencionado, e a abertura de um período de participação pública, pelo prazo mínimo de 15 dias, a publicitar nos termos da lei.”-----  
15 de fevereiro de 2017, O presidente da Câmara, José Manuel Gonçalves Vieira